



DOSSIÊ



Trajetória, experiência e corpo negro em cena

Reflexões e apontamentos de um pesquisador iniciante

Daniel de Souza CAMPOS, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Neste ensaio, tomo como reflexões certas situações vivenciadas na realização de trabalho de campo no âmbito de uma instituição de ensino-hospitalar e um equipamento da assistência social. Permeando a descrição desses processos estão as memórias de um sujeito concreto, o autor deste texto, um homem negro, jovem e pesquisador que tem atravessado algumas fronteiras sociais e simbólicas, entre a vivência cotidiana em nossa sociedade racista e sexista e a formação acadêmica em Serviço Social. O exercício metodológico e ético de construção de uma narrativa de caráter contra hegemônico foi permeado por dificuldade e incertezas, mas também por surpresas e aprendizados. Foi possível observar características marcantes da instituição e de seus funcionários e, avaliar o lugar naturalizado do corpo negro.

PALAVRAS-CHAVE: Homens negros. Masculinidade. Sociabilidade masculina. Identidade.



Introdução

Tomo para mim as classificações como homem cis, negro, jovem¹ e pesquisador para me posicionar e me autonomar explicitando o meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017), me identificando com tantas outras pessoas que se consideram como tais, como também marcando a minha diferença em relação ao lugar hegemônico que é ocupado na academia nas posições de poder e nas bibliografias.

Nesse sentido, estou afirmando que a cor da minha pele determina diretamente a minha interpretação dos significados da arte de pesquisar e também minha compreensão da maneira como a pesquisa deve funcionar em uma sociedade marcada por desigualdades sociais e raciais. Quero então mostrar neste ensaio o que significa pensar como um homem negro e pesquisador. Não estou afirmando que compreendo o objetivo da pesquisa inteiramente diferente da maneira que os pesquisadores brancos as concebem. Estou dizendo que minha experiência social privilegia uma forma de pesquisar e ser reconhecido enquanto pesquisador. Sou membro de um grupo minoritário e isso faz com que eu perceba a realidade e fale a partir de uma posição distinta dos pesquisadores brancos (RIBEIRO, 2017). Quando um negro chega a uma posição em que não é a regra ter outras pessoas negras, ele tem que se adequar a um determinado comportamento para continuar ali. Talvez o perverso preço de ocupar certos lugares seja não poder mencionar o quanto esse lugar é difícil de alcançar para pessoas que não são iguais a você. Somos pessoas estruturalmente excluídas porque nossa submissão tem sido parte integrante do projeto político deste país ao longo de toda a sua história. Não recebemos o mesmo apreço cultural porque não somos valorizados da mesma forma que os membros do grupo racial dominante; não possuímos as mesmas condições de existência porque somos sempre excluídos de oportunidades materiais. Não estamos minimamente representados nas diversas instituições e isso impede que nossas vozes e nossos interesses possam ser pontos relevantes para a agenda dos partidos políticos. Raramente somos ouvidos e nossas demandas são consideradas como reivindicações que merecem prioridade no processo decisório. (MIGNOLO, 2006; LOOMBA, 2005).

Assim, a possibilidade de inscrever esse conhecimento pelo ato de escrever e por sob descrição de experiências e análises, como o

¹ Aciono os marcadores sociais da diferença que se entrecruzam a partir de uma perspectiva interseccional e me localizam socialmente na sociedade. (VIGOYA, 2018).



presente ensaio², inclusive, passa a ser um ato político e que manifesta o profissional e o pessoal, o político e o poético (KILOMBA, 2010).

A seguir, a partir da minha experiência subjetiva e intersubjetiva modelada por certa norma social, racial e cultural, que legitima alguns corpos a acuparem determinados espaços e outros não. Pretendo provocar reflexões sobre algumas situações ocorridas na realização do trabalho de campo das diversas pesquisas que já participei, para discutir sobre classificações que eram a mim atribuídas pelos interlocutores das instituições de saúde e assistência social. A partir desse contexto, este ensaio é uma reflexão não acadêmica sobre o tema com o intuito de colocar nesse debate público algumas questões que podem ampliá-lo. Ele tem, por tanto, um caráter ensaístico.

Acionando memórias

Minha história começa no subúrbio ferroviário de Salvador mais precisamente no bairro de Plataforma, onde passei toda a minha infância, correndo pelas ladeiras da ferrovia e tomando banho de mar na Baía de Todos os Santos.

Até hoje procuro visitar Plataforma. Gosto de entender minha origem e receber um abraço afetuoso dos mais velhos e familiares. Vou também para encontrar uma felicidade descompromissada que só sinto por lá. Lembro-me da época que assistíamos TV pela janela da casa do vizinho. Era o nosso cineminha. Mas a nossa grande diversão era ouvir as histórias que os mais velhos contavam em roda, como uma roda griô africana³.

No aconchego de uma casa de barro, minha mãe e meu pai contavam muitas histórias para mim e os meus irmãos. Devo dizer que eu gostava de ouvir essas histórias; era uma oportunidade que tinha de

2 Nessa direção, tomamos a reflexão de Larrosa (2004, p.34) para “dar forma a uma experiência do presente. É essa experiência do presente a que dá o que pensar, a que deve ser pensada”.

3 A palavra “griô” designa, em alguns países africanos, aqueles que transmitem para os mais jovens os conhecimentos e as tradições ancestrais por meio da oralidade. O griô é o guardião e o transmissor da história de seu povo. Amadou Humpâté Bâ diz que existem alguns tipos de griôs: os músicos (cantores e compositores), os embaixadores (mediadores) e os genealogistas (contadores de histórias, poetas ou historiadores). Amadou Humpâté Bâ. “A tradição viva”. In: Unesco, História geral da África. Brasília: Unesco/MEC/UFSCAR, 2010.v 1.pp. 167-212.



ter um contato mais próximo com essa mulher e esse homem que trabalhavam muito. Porém, confesso que essas histórias com o passar dos anos, começaram a me indignar. Não porque elas tivessem perdido seus encantos. Essas histórias eram relatos de situações de discriminação, de lutas pessoais, de violência territorial, de perda de vidas. Quase todas elas mostravam de uma forma ou de outra como a raça pode impedir que alguém tenha acesso às oportunidades necessárias para uma vida bem-sucedida. Minha indignação assumiu forma de tristeza ao perceber que eles teriam sido bem-sucedidos se os obstáculos presentes nessas histórias não existissem. Minha mãe começou a trabalhar como empregada doméstica aos 12 anos de idade para ajudar a sustentar a sua família. Meu pai iniciou suas atividades como assistente de pedreiro aos 11 anos de idade. Ele depois trabalhou em outros setores e mais tarde chegou a se profissionalizar como chaveiro e cutedeiro. Eles permaneceram na escola apenas para completar o ensino fundamental. Porém, ambos se orgulhavam imensamente do pouco tempo de educação formal. Eles fizeram todo o possível para que nós – os quatro filhos – usufríssemos as oportunidades educacionais que lhes foram negadas, embora as dificuldades financeiras dificultassem isso. Eu e minha irmã concluímos um curso superior em universidade pública. Apesar dessa imensa conquista, nunca deixei de sentir grande amargor por eles não terem tido as chances para que também pudessem ter explorado todas as suas imensas qualidades. Se o caminho fosse outro, o que eles poderiam ter se tornado? Esse saber e essas possibilidades com certeza perdemos.

Meu pai foi também retirante que saiu de sua terra natal, em busca de melhores condições de vida, migrando para o Sudeste do Brasil na década de 90. Ele deixou em Salvador minha mãe, eu e minha irmã, com a promessa de voltar para nos buscar. Depois de conseguir um emprego como chaveiro, ele pôde finalmente concretizar o sonho de trazer sua família. Fizemos bem a viagem. Levamos dois dias fazendo-a. foi muito longa! Chegamos afinal, no Rio de Janeiro, mais precisamente em São João de Meriti, localizado na baixada fluminense. Fomos morar numa pequena casa. A solidão que meu pai carregará por sete meses, era a mesma de outros migrantes que deixam as famílias no Nordeste e vêm para o Rio de Janeiro em busca de trabalho.

Em terras cariocas, formávamos uma grande família, constituída por meus pais, minha irmã, eu e mais dois irmãos mais novos.



Na minha casa, minha mãe nunca permitiu que houvesse uma divisão sexual do trabalho doméstico que colocasse a mulher como a protagonista e responsável pelo cuidado da casa e da família (HIRATA e KERGOAT, 2007). Eu e meus irmãos fomos criados assim, desde cedo tínhamos obrigações: varriamos a casa, arrumávamos as camas, limpávamos o banheiro, lavávamos a louça, íamos à padaria, jogávamos o lixo fora. De uma maneira muito prática, minha mãe organizava essas tarefas, colocando as tarefas num quadro (que ficava colado na porta da geladeira) e todos nós cumpríamos as atividades ali listadas. É importante notar que eu e meus irmãos nunca associamos essas atividades como motivo de “desonra” ou de baixo prestígio na casa. Entretanto, fora do nosso núcleo familiar, essa não era uma situação tranquila, pois o cuidado é ainda associado ao feminino, uma ameaça aos demais homens, que hostilizavam e questionavam nossa masculinidade.

Naturalmente, essa socialização permitiu que o desejo e a vontade de cuidar não desaparecessem. Algo intrigante, pelo fato de não sermos influenciados, dentro do núcleo familiar, por um modelo de masculinidade hegemônica.

Posicionando a masculinidade

Raewyn Connell, estudiosa australiana sobre relações de gênero, apresenta quatro padrões principais de masculinidade na ordem de gênero: a hegemônica, a subordinada, a cúmplice e a marginalizada. A masculinidade hegemônica seria aquela ligada à legitimidade do patriarcado, que garante a dominação dos homens e a subordinação das mulheres. A masculinidade subordinada diz respeito à dominância e subordinação entre grupos de homens, como é o caso da dominação dos homens heterossexuais e a subordinação dos homens homossexuais. A masculinidade cúmplice se define pela conexão com o projeto de masculinidade hegemônica, mas sem a completa incorporação deste projeto. São masculinidades cúmplices porque percebem e desfrutam de algumas vantagens do patriarcado sem, no entanto, defenderem publicamente esta posição. A masculinidade marginalizada refere-se a relações entre as masculinidades e classes ou grupos étnicos dominantes e subordinados; é uma masculinidade que está marginalizada devido à condição subordinada de classe ou raça (CONNELL, 1995).

Connell (1995) nos demonstra que uma das formas de um grupo de homens se estabelecerem como hegemônica é desqualificando as



outras, criando e reproduzindo estereótipos que as apontam como referências negativas de masculinidades, para que os homens pobres, negros e homossexuais, tornem-se contraponto para que o ideal branco, heterossexual e burguês seja colocado como referência de masculinidade positiva nas sociedades ocidentais. Nesse sentido, a força do estereótipo está exatamente no fato de se legitimar, pela maior capacidade de persuasão do grupo hegemônico que se impõe, transformando sua ideologia em verdade universal. Deste modo, representações da masculinidade negra como perigosa, são repetidas cotidianamente nos meios de comunicação, em especial, nos noticiários policiais e telenovelas (SOUZA, 2013).

Nesse contexto, sob a influência de determinados modelos de masculinidades que, dentre outros aspectos, valorizam a dominação e a invencibilidade masculinas, os homens podem expor-se mais a riscos, como quando submetem outros à sua dominação ou reduzem seu autocuidado, comprometendo não só sua saúde como a dos demais, o que tem levado a mortes prematuras.

É interessante notar que, quando ingressei na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2004, escolhi um curso que está entre aqueles claramente identificados como feminino⁴ - Serviço Social. Acredito que os comportamentos/ensinamentos adquiridos na infância influenciaram nessa escolha. Não por acaso, elegi trabalhar em minha monografia a presença dos homens no curso de Serviço Social.

Ao longo da minha formação acadêmica, também tive meu interesse despertado para as áreas de pesquisa e ensino. Desse modo, durante o curso de graduação, fui bolsista de pesquisa na UFF durante dois anos. Dando continuidade à minha formação voltada para o campo da pesquisa, ingressei num centro de referência em pesquisa, ensino e atenção à saúde no Rio de Janeiro em 2008 como bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Em 2012 iniciei meu mestrado no referido instituto, fazendo uma análise da atuação do conselho tutelar diante dos casos notificados de abuso e exploração sexual. Cumpre mencionar também, que finalizei a graduação e o mestrado sem estabelecer um diálogo com a questão racial nas minhas produções acadêmicas, possuindo, portanto imagens superficiais sobre essa questão. No mestrado em saúde coletiva, eu era o único negro da turma. Fui o primeiro negro a entrar na faculdade na minha família, fui o primeiro a

4 Um histórico das profissões femininas pode ser encontrado em Gardey (2005).



ingressar no doutorado em serviço social. Tenho orgulho de ter sido o primeiro, mas não quero ser o único. E desejo que nenhum negro precise carregar o peso de nenhuma dessas situações.

Cabe registrar que a implantação de ações afirmativas e cotas em nosso país iniciou-se, particularmente no início dos anos 2000, quando foram editadas leis estaduais reservando vagas por cotas para candidatos negros e pardos nos processos seletivos de universidades públicas. É o caso, por exemplo, do Estado do Rio de Janeiro, relativamente às Leis Estaduais nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000, e nº 3.708, de 9 de novembro de 2001, disciplinadas pelos Decretos Estaduais nº 30.766, de 4 de março de 2002, e nº 4.061, de 2 de janeiro de 2003. Estas normas, em conjunto, criaram no Estado do Rio de Janeiro – e pela primeira vez na educação brasileira – o que se conhece hoje como sistema de reserva de vagas no ensino superior por cotas, para candidatos pertencentes à população negra e parda, para portadores de deficiência física e para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, reservando-se o percentual de 40% das vagas gratuitas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) a pessoas integrantes dos referidos grupos.

Nesse contexto, o Congresso Nacional aprovou, em caráter conclusivo, na data de 20 de novembro de 2008, o Projeto de Lei nº 3.627/2004, que determina a todas as instituições públicas federais de ensino superior reservarem 50% de suas vagas a candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Brasil, 2004). Segundo o texto aprovado, nessa porcentagem deverá haver cotas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em percentuais a serem definidos de acordo com as proporções desses grupos em cada unidade federativa, apontados por dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge). O projeto prevê ainda que a reserva de vagas seja aplicada em cada curso e em cada turno das universidades, e estas terão quatro anos para se adaptarem às novas regras. Por outro lado, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7.200/2006, do Poder Executivo, que prevê a implantação do sistema de cotas nas universidades públicas federais, dando prazo de dez anos para que as instituições atingidas pela nova regra possam se adaptar (Brasil, 2006).

Mesmo que certas práticas veladas de discriminação permaneçam no seio da sociedade brasileira, os negros ou pardos que tiverem acesso à educação superior plena por meio do sistema de cotas



conquistarão uma mobilidade social jamais antes conhecida (HASS e LINHARES, 2012).

Assim, em 2001, segundo Munanga (2001, p.34), nas universidades brasileiras, independentemente de pública ou privada (bolsistas ou não), havia-se um contingente de 97% de população branca, 2% de população negra e 1% representando os demais segmentos.

De acordo com os dados publicados pela “IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras” (2014), no ano de 2010, pretos e pardos somavam 39,6% dos estudantes universitários. Em 2014, um ano após a efetivação da política de cotas, essa população representava 46,3% dos graduandos.

O censo da Educação Superior de 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação, revela que os negros ainda são minoria no ensino superior. A pesquisa pediu que os professores da rede pública e privada de ensino fizessem, por meio de um questionário, uma autodeclaração de raça. Os dados apontam, por exemplo, que 0,4% dos docentes na pós-graduação são mulheres negras. Em termos numéricos, isso representa 219 mulheres negras no topo da carreira acadêmica no Brasil. Em contraponto, são 13.198 homens brancos ocupando a mesma posição, representando 24% do total de mais de 53 mil docentes nos cursos de mestrado, doutorado e especialização.

Neste sentido, posiciono-me a favor de cotas e de outras ações afirmativas para o ingresso da população negra em todos os lugares onde sempre estiveram ausentes ou mesmo presentes em condições e funções subalternizadas, seja nas universidades públicas, privadas e nas demais instituições públicas, ou mesmo para ingresso nos três poderes.

O pesquisador negro em cena: diferença e intersecção

Situar quem conduz a pesquisa, acionando suas características a partir do lugar social que ocupa, e o que o diferencia socialmente, visa valorizar os aspectos de reflexividade deflagrados pelo encontro do pesquisador com os sujeitos. Torna-se relevante considerar quem é a pessoa que convida os sujeitos para responderem um instrumento, seu gênero, sua cor e estilo de aproximação (CAMPOS, MOREIRA e



NASCIMENTO, 2018). Compreendendo que o “lugar de fala” pressupõe uma interação social entre dois sujeitos ou mais, que se reconhecem como outros entre si, desde seus corpos, seus status social e sua visão de mundo é possível se explicitar relações de poder, e “desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar” (RIBEIRO, 2017, p. 31).

No âmbito da instituição ensino-hospitalar, local que aprendi a arte de convidar as pessoas para participarem de pesquisas eram pouquíssimos os pesquisadores negros que lá trabalhavam. Eram cerca de cinco pesquisadores. Quatro mulheres e um homem.

Algumas vezes a minha aparência, roupas e corpo eram objetos de gracejos, comentários elogiosos por parte de alguns profissionais. Uma delas, na tentativa de me elogiar, enunciou como um clichê: “você é um negão de tirar o chapéu! Né?”. Uma médica, branca, também no intento elogioso comentou ao final de uma entrevista realizada na porta da sua sala, “você parece o cantor Alexandre Pires, ele é muito bonito e canta muito bem!”. Eu respondi que era comum ser comparado com cantores, atores e atletas negros, mas que não me lembrava de esse ser mencionado. Ela disse que eu parecia sim com ele e logo, ao passar pelo corredor outro médico, checkou a sua impressão. O médico, branco de cabelos claros, respondeu, mencionando um atleta negro, muito conhecido por sua atuação na luta livre: “É, parece um pouco! Mas acho que você parece mais o Anderson Silva!”, vinculação que me foi comum por grande parte da vida, e por isso respondi: “Sim, já ouvi muito isso, deve ser mesmo”.

Para além das aproximações que davam conta da representatividade de homens parecidos comigo no imaginário daqueles interlocutores, com certa frequência ao circular pelas enfermarias e corredores do hospital era recorrentemente associado ao pai e/ou acompanhante por alguns profissionais: “o senhor está acompanhando qual criança?” “paizinho, qual o nome do seu filho?”. Essa associação, por hipótese funciona reforçando as assimetrias de poder, exclusão e atribuição de um lugar de “estrangeiro”, reificando o significado social que o corpo negro carrega ao transitar por espaços institucionais.

Em fevereiro de 2017, enquanto aguardava uma família terminar a consulta para realizar a entrevista, a enfermeira, branca, abriu a porta, me olhou de cima a baixo e seguiu. Na volta, minutos depois ela comentou: “muito interessante a sua pesquisa de conclusão de curso de



graduação!” “Não é uma pesquisa de conclusão de curso”, respondi. “Ah, que legal é especialização” falou, expressando uma cara de ironia. “Não é especialização”, respondi, e ela comentou: “Nossa! Você faz mestrado?”. Aproveitei seu comentário e disse: “Eu faço doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mas, essa é uma pesquisa aqui do hospital!”. Com uma cara de espanto ela respondeu: “uau! Como você conseguiu?...” “Do que você tá falando?” perguntei. E ela disse: “Nada não, garoto ...”, ficando óbvio que ela não acreditava que um negro estivesse fazendo doutorando e trabalhando na mesma instituição que a sua no departamento de pesquisa.

A partir dessas interações, evidenciam-se como as relações de sociabilidade estabelecidas nessa instituição de saúde se sobrepunham aos marcadores gênero e raça. Nesse sentido, buscamos apoio em Fanon (2008) na sua reflexão sobre os estereótipos que os corpos melaninados carregam ao transitarem pelos espaços sociais. O autor aponta que o preconceito racial opera como mediador produzindo associações e correspondências do corpo negro com subalternidade e subserviência.

Nossas diferenças raciais, etárias e sociais informavam como os profissionais da instituição de saúde (médicos, enfermeiras, fisioterapeutas, residentes, assistentes administrativos e secretárias) e eu desenvolvíamos uma relação de interlocução, na qual a construção do meu lugar como homem, negro e pesquisador no campo se deu ao conhecer e acessar aquele mundo, na medida em que passei a conhecer suas regras e valores, bem como eles reconheciam os meus. Entre esses profissionais e eu havia diferenças fundamentais que se expressavam de diversas formas. Eles viam em mim tais diferenças me classificando como “paizinho”, “negão de tirar o chapéu”, “garoto”, entre outros. E se para eles, tais diferenças eram parte das observações cotidianas que faziam sobre mim, eu as tomava como parte do exercício que, como pesquisador, me propus ao realizar e interagir com o outro.

Por outro lado, o fato das famílias que circulavam pelos corredores, ambulatórios e enfermarias serem majoritariamente compostas por sujeitos que se autodeclararam pretos e pardos, fez com que, num primeiro instante olhassem para o negro pesquisador como um provável parceiro e, em nenhum momento houve atribuição de descrédito ou desvalorização por esses sujeitos. Assim, é interessante notar que para além do marcador racial, o desenrolar de uma pesquisa depende de como se dá o encontro entre entrevistador e entrevistado e do que se pretende compreender e investigar.



Em 2017, ao participar do 13^o Mundo das Mulheres e Fazendo Gênero 115, fui provocado a refletir sobre qual era o lugar da questão racial no meu projeto de tese. De que homem eu estava falando? Esse questionamento impôs uma ruptura com a abordagem que a minha produção intelectual vinha pautando e com o meu lugar na luta antirracista. A partir desse momento, consegui perceber como demorei para criar a consciência que deveria ter: de homem negro pesquisador.

A dificuldade de se auto identificar como negro se dá devido à miscigenação que por muito tempo foi usada com intuito de aproximar a população brasileira do que é tido como perfeito, ou seja, o mais perto do branco possível. Izildinha B. Nogueira, em sua tese *Significações do corpo negro* (1998), oferece elementos que permitem analisar o processo de estigmatização a que se encontram submetidos muitos sujeitos negros. A autora aponta que a rede de significações sobre o corpo negro foi formulada culturalmente, correspondendo à necessidade de se estabelecer um modelo do que é desejável. A partir desse modelo é que se constituiu socialmente sobre o “corpo negro” o repertório do execrável, ou seja, do inaceitável, ao mesmo tempo que se investiu a representação do “corpo branco” relacionando-o a atributos morais e intelectuais tidos como puros, belos e sagrados.

Refletir sobre tais questões me levou a eleger as masculinidades negras como foco no doutorado, buscando investigar as experiências de participação dos homens negros como referência familiar no Programa Bolsa Família no município do Rio de Janeiro.

No âmbito da assistência social, há um conjunto de programas articuladores de um expressivo contingente de atores e recursos contemplando a família. Contudo, esses programas organizam-se a partir de uma perspectiva pautada em papéis tradicionais, com um direcionamento funcional de família, incentivando a reinserção da mulher-mãe como responsável pelo cuidado e educação dos filhos e do homem- -pai pelo provimento financeiro e exercício da autoridade familiar (CAMPOS, CAVALCANTI e NASCIMENTO, 2019).

Diante disso, é interessante ressaltar que em outubro de 2018, quando comecei a aproximar-me do campo de investigação da minha

5 O 13^o Congresso Mundos de Mulheres foi um encontro internacional e interdisciplinar de e sobre mulheres – aconteceu conjuntamente ao Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 entre 30 de julho e 4 de agosto de 2017 em Florianópolis, SC, Brasil, no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



pesquisa de doutorado. Fui surpreendido pela abordagem de um orientador/educador social⁶, homem branco, alto de meia idade, do Centro de Referência da Assistência Social (CREAS), pois assim que entrei no equipamento eu ouvi: “o pernoite⁷ acabou”. Ainda sem compreender direito o que ele tinha mencionado, eu respondi: “desculpe-me, não consegui entender”. Ele comentou: “você vai solicitar o pernoite? Não temos mais vagas disponíveis”. Com uma cara de assustado eu respondi: “Não. Eu tenho uma entrevista marcada com a coordenadora do CREAS”. Complemente sem jeito ele balbuciou: “desculpa. É que homem só entra aqui para solicitar o pernoite”.

Essa categorização feita do meu corpo negro pelo funcionário do CREAS é uma leitura que emergiu simbolicamente na história como um corpo excluído e marginalizado, enclausurados na “geografia da pele e da cor” (PINHO, 2004, p. 67). Ou seja, na relação social, a marca que é imprimida sobre o corpo negro impede que ele possa ser percebido pela sua totalidade de seus atributos e de forma individual. Assim, o corpo negro é fundamentalmente submetido à identidade social, conforme aponta Piza (2000, p. 72) “[...] o lugar do negro é o lugar do seu grupo como um todo e do branco é o da sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo”.

Conclusões

A minha experiência aqui descrita e refletida são pontos de partida para alavancar o debate sobre homens negros e masculinidades e, em particular, a abordagem construída por um pesquisador, homem, jovem e negro nas instituições de ensino. Essa reflexão vem ao encontro

6 De acordo com a Resolução 09/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social, entende-se por Educador Social e/ ou Orientador Social, aqueles que desenvolvem as seguintes funções: I) Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família, II) Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais, III) Atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora, entre outras.

7 O acolhimento provisório para pernoite temporário é o serviço ofertado pelos centros de acolhida às pessoas em situação de rua (Centro POP). O serviço pode ser acesso por encaminhamento do serviço especializado de abordagem social.



da discussão que envolve o entrelaçamento das categorias homens, masculinidades e o corpo masculino negro.

Nessa direção, me descobrir negro foi, acima de tudo, redescobrir a minha identidade. Junto disso, de brinde, me apropriei de um discurso de militância, encontrei e conheci pessoas que mudaram minha vida e o jeito que eu vejo o mundo. Mudei meu jeito de andar e a maneira como me porto na sociedade. E descobri que criar a consciência de (ser) é bom demais.

De igual maneira, penso que ir ao encontro dessa descoberta é um dos principais pré-requisitos para reivindicarmos formas de masculinidades negras que não estejam tuteladas pela masculinidade do homem branco, assim como, é também uma possível consequência das próprias modalidades de enfrentamento ao racismo e busca pelo autoconhecimento.

Dessa minha trajetória pessoal, experiência de pesquisa, de sobrevivência e de subversão, espero poder contribuir, gerando incômodos, questionando as estruturas que insiste em nos aprisionar, exterminar e (in)visibilizar.

Referências

Amadou Humpâté Bâ. “A tradição viva”. In: **Unesco, História geral da África**. Brasília: Unesco/MEC/UFSCAR, 2010.v 1.pp. 167-212.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3.627, de 28 de abril de 2004. Institui Sistema Especial de Reservas de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref_projlei3627.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 7.200/2006, de 10 de abril de 2006.** Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal, altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 20 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de setembro de 1999. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/402692.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2019.



_____. **Lei Estadual nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000.** Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais. Disponível em: < <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/69d90307244602bb032567e800668618/92c5d19ef1cac546032569c40069afa7?OpenDocument>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

_____. **Lei Estadual nº 3.708, de 9 de novembro de 2001.** Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense. Disponível em: < <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90840/lei-3708-01>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

_____. **Lei nº 4.061, de 2 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a reserva 10% das vagas em todos os cursos das universidades públicas estaduais a alunos portadores de deficiência. 2003. Disponível em: < <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90841/lei-4061-03>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

_____. **Decreto Estadual nº 30.766, de 4 de março de 2002.** Disciplina o sistema de cota para negros e pardos no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense e dá outras providências. Disponível em: < <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/152598/decreto-30766-02>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

CAMPOS, D. S.; CAVALCANTI, L. F.; NASCIMENTO, M. A. F. Homens e Proteção Social: desafios para a Política Nacional de Assistência Social. **O Social em Questão**. Ano 21, n. 43 - jan.-abr./2019.

CAMPOS, D. S.; MOREIRA, M. C. N.; NASCIMENTO, M. A. F. Navegando em águas raras: Notas de uma pesquisa com famílias de crianças e adolescentes vivendo com doenças raras. **Ciência e Saúde Coletiva** [periódico na internet] (2018/Jun). Disponível em: < <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/navegando-em-aguas-raras-notas-de-uma-pesquisa-com-familias-de-criancas-e-adolescentes-vivendo-com-doencas-raras/16814?id=16814>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

CONNELL, R.W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.



FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GARDEY, D. Perspectivas Históricas. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.), **As Novas Fronteiras da Desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2005.

HAAS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 2012, vol.93, n.235, pp. 836-863.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

INEP. **Censo da Educação Superior 2014 - Notas Estatísticas**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

IEUFU. **IV Pesquisa do Perfil do Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras 2016**. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES_2014.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

KILOMBA, G. **Plantation Memories**: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010.

LARROSA, J. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. In: **Educação e realidade**, v.29, n.1, 2004.

LOOMBA, A. **Colonialism/postcolonialism**. New York: Routledge, 2005.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. In: SANTOS, B. de S. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortês, 2006.



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014**. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2014/cnas-2014.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2019.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

NOGUEIRA, I. B. **Significações do corpo negro** (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998.

PINHO, O. Qual é a identidade do homem negro? **Revista Democracia Viva**, n. 22, p. 64-69, jun /jul 2004.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada da branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 72.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

SOUZA, R. R. de. Falomaquia: Homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente. **Revista Antropolítica**, n.34, p. 35-52, 2013.

VIGOYA, M. V. **As cores da masculinidade**. Experiências internacionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Editora: Papéis Selvagens Edições, 2018.



Trajectory, experience and black body on stage: reflections and notes of a novice researcher

ABSTRACT: In this essay, I take as reflections certain situations experienced in the accomplishment of field work within the scope of a teaching-hospital institution. Permeando the description of these processes are the memories of a concrete subject, the author of this text, a black man, young man and researcher who has crossed some social and symbolic borders, between daily living in our racist and sexist society and academic training in Service Social. The methodological and ethical exercise of constructing a narrative of anti-hegemonic character was permeated by difficulties and uncertainties, but also by surprises and learning. It was possible to observe important characteristics of the institution and its employees and to evaluate the naturalized place of the black body.

KEYWORDS: Black men. Masculinity. Sociability masculinity. Identity.

Daniel de Souza CAMPOS

*Assistente social pela UFF. Mestre em Saúde Coletiva pela Fiocruz.
Doutorando em Serviço Social pela UFRJ.*